

ZUENIR VENTURA

O que será o amanhã?

Algumas semanas em férias dos acontecimentos e, na volta, a sensação de que o país está, como no mapa, de cabeça pra baixo. Não sei se essa é a pior crise dos últimos tempos, como se diz — a presidente acha que não —, mas é uma confusão poucas vezes vista, em termos de paradoxos e subversão de valores, papéis e sinais. O Brasil nunca foi um país para principiantes, já ensinava Tom Jobim, mas há momentos em que não é nem para catedráticos, como em 1963/64, por exemplo, que deu no que deu. A História

não se repete, tudo bem, mas há agora algo parecido — de radicalismo, intolerância, agressividade e ódio. Espera-se que o desfecho não seja igual, embora a discordância seja tanta que nem os próximos se entendem mais, como Dilma e Lula. E o que dizer do PMDB, o maior partido de apoio à presidente, que é o que lhe causa mais embaraços? Quem a acusou de querer atrair “sócio para a lama” não foi um opositor grosseiro, mas o próprio presidente da Câmara, hóspede da “lista de Janot” (saude dos tempos em que lista de dinheiro sujo era só a dos bicheiros). No seu depoimento na CPI da Petrobras, ele foi homenageado por vários colegas, inclusive do PT e PSDB. Coube a Clarissa Garotinho o espanto: “O que vi aqui foi uma reunião de felicitações. E achei que estava numa CPI”. De fato, o acusado parecia ser o procurador da República.

Em compensação, a melhor defesa do PT não foi feita por um petista, mas pelo ex-ministro de FH Bresser-Pereira. Recorrendo à velha luta de classes, o tucano atribuiu a onda de protestos a “um ódio coletivo dos ricos contra um partido e uma presidente”. O melhor símbolo, porém, da inversão de papéis talvez seja mesmo Paulo Maluf, que em 2000 Lula queria ver “atrás das grades” e em 2013 foi procurado em sua mansão pelo próprio Lula, em busca de apoio para Haddad. Criticado por este gesto, o ex-presidente declarou

Manifestações serão teste decisivo para democracia. Tomara que seja protesto legítimo, não o ensaio de uma arriscada derrubada da presidente

em comício: “Dizem que o companheiro Maluf é ladrão, mas isso é uma demonstração de ‘cleptomania’ inaceitável nos dias de hoje”. Procurado pela Interpol por desvio de dinheiro, o deputado do PP, o partido com mais figurantes na tal lista, 31, manifestou-se indignado com a corrupção. “Estou com Janot: se alguém deve, tem de pagar. Em 48 anos de vida pública, sempre fui correto”. Que tal?

De que maneira essa confusão política, misturada com o escândalo do petróleo e com os sérios problemas econômicos, tudo isso agravado pela insatisfação geral, vai chegar às ruas amanhã? O comportamento das manifestações será um teste decisivo para a democracia. Tomara que seja um protesto legítimo, não o ensaio de uma arriscada derrubada da presidente Dilma.

Derruba, e depois? A alternativa é pior. ●

LUIZ FERNANDO JANOT

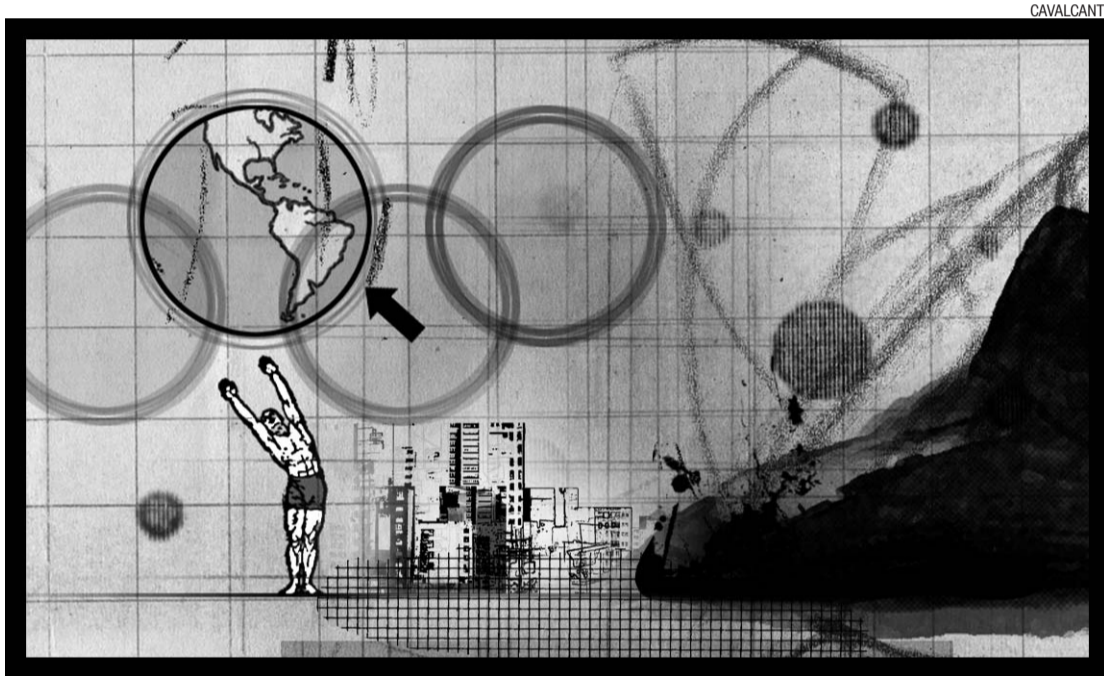
O jogo jogado

Desde as grandes obras realizadas no Rio durante os governos Carlos Lacerda e Negrão de Lima, na década de 1960, não se assistia a tantas intervenções urbanas acontecendo ao mesmo tempo. O fato de a cidade ter sido eleita para sediar as Olimpíadas de 2016 foi fundamental para alavancar esse conjunto de realizações. Não obstante o otimismo quanto ao sucesso a ser alcançado por ocasião do evento, paira no ar uma expectativa em relação ao legado que essas obras deixarão para a cidade e para a sua população. Este aspecto poderia ter sido contemplado previamente se o projeto da nossa candidatura tivesse a transparência desejada. Infelizmente, o caráter sigiloso que pautou a formulação da proposta impediu que as soluções apresentadas fossem amplamente discutidas e avaliadas, sobretudo pelo viés urbanístico.

Se os equipamentos olímpicos ficassem concentrados na região portuária, certamente, os benefícios para a cidade, para a Região Metropolitana e para o grande contingente de pessoas que se desloca diariamente dos subúrbios e municípios vizinhos para o Centro teriam sido bem mais proveitosos. Bastava concentrar investimentos na melhoria da rede ferroviária e na sua integração com o metrô. Mas, para aquela área já havia sido prevista uma operação urbana consorciada concedendo a um consórcio de empreiteiras a responsabilidade pela sua reurbanização e gestão por um período de 15 anos, com recursos repassados pela Caixa Econômica Federal.

Independente dos bons resultados que as obras do “Porto Maravilha” começam a apresentar, não há como deixar de manifestar certa preocupação com o impacto que os megaempreendimentos imobiliários planejados para aquela localidade irão provocar no restante da área central da cidade. Haverá demanda suficiente para absorver a imensa oferta de imóveis comerciais e empresariais idealizados para o local? Ou, para compensar, será estimulada a transferência de instituições e empresas instaladas no antigo Centro, como é o caso do Banco Central e de algumas empresas privadas?

Vemos ainda, como agravante, a possibilidade de esvaziamento de alguns prédios na área central da cidade que são hoje ocupados pela Petro-



Na contramão da tendência mundial, o Rio optou por concentrar na Barra da Tijuca a maioria dos seus equipamentos olímpicos

bras e por empresas coligadas em virtude da crise recessiva em que ela se encontra. Acrescente-se a este fato a notícia divulgada recentemente na imprensa de que a Vale estaria transferindo alguns dos seus setores para a Barra da Tijuca.

Fica então a pergunta: será que, em meio à atual perspectiva de recessão, teremos investidores nacionais e estrangeiros interessados em ocupar os megaempreendimentos imobiliários previstos no projeto do Porto Maravilha? Ou será que, no final das contas, veremos a Caixa Econômica segurando o mico até que a situação econômica melhore? Neste momento de incerteza, não há lugar para pragmatismos de resultados imediatos que menosprezam a reflexão e um modelo de planejamento mais consistente e transparente para os destinos da cidade.

Na contramão da tendência mundial, o Rio optou por concentrar na Barra da Tijuca a maioria dos seus equipamentos olímpicos e para lá direcionar os principais investimentos públicos em infraestrutura urbana, especialmente o BRT. Esta opção vem incentivando a formação de uma nova centralidade e a consolidação de um novo eldorado urbano para os empreendedores imobiliários, à custa de investimentos públicos e do esvaziamento de outros bairros da cidade. Será que é essa a lógica de desenvolvimento urbano que se deseja para o Rio?

Nesse momento, qualquer descuido poderá comprometer de forma irreversível o desenvolvimento futuro da cidade. As benfeitorias que estão sendo realizadas no centro histórico e no seu entorno não serão suficientes, por si só, para conter a expansão desenfreada em direção à Barra da Tijuca e seus arredores. Não custa lembrar que um centro esvaziado representa a negação da vida cívica em uma cidade. Mas, como se pode perceber, o jogo já foi jogado. Agora só resta pagar para ver o seu resultado. ●

Luiz Fernando Janot é arquiteto e urbanista lfjanot@superig.com.br

País precisa de mais investidores sociais

LEONARDO LETELIER E BEATRIZ CARDOSO

Se no Brasil 24% das empresas fecham antes de dois anos de funcionamento (de acordo com o Censo Sebrae de 2013) e nos EUA metade não resiste a mais de quatro anos (segundo média de diversos estudos), por que insistimos em dizer que as ONGs não são sustentáveis, mesmo sabendo que há algumas com mais de cem anos de existência?

A definição de sustentabilidade financeira não é tão complicada assim: uma empresa, uma organização social ou mesmo um governo é sustentável se recebe mais do que gasta. Quando isso não acontece, a consequência é clara: empresas quebram e organizações sociais fecham.

A entrada de recursos para uma ONG se dá por meio de doações; para uma empresa, por meio da venda de um produto ou serviço. Ambas são receitas “válidas” — a única diferença está no fato de que as doações são feitas para beneficiar terceiros, e as compras, o próprio comprador. Dizer que as ONGs não são sustentáveis por depender de doações é como dizer que as empresas não são sustentáveis por depender de vendas.

O desafio de sustentabilidade não se deve a escolha do modelo ONG. A maioria delas é ou deveria ser sustentável, considerando que doação é uma fonte de receita “legítima”. Em vez de insistir na lógica de receita comercial e propor soluções inadequadas para os desafios do terceiro setor, deveríamos investir no crescimento de uma cultura de filantropia e doação. Cada um de nós pode se engajar destinando uma pe-

quena parcela de sua renda ou patrimônio para desafios sociais.

É importante frisar que o ponto aqui não é defender que as organizações sociais são todas financeiramente sustentáveis — nem as empresas o são. Mas sim confrontar a ideia que ONGs tenham que ser sustentáveis somente por meio da geração de receita comercial.

Dizer que as ONGs não são sustentáveis por depender de doações é como dizer que as empresas não são sustentáveis por depender de vendas

O real desafio para qualquer organização é o de ter fonte de renda que seja previsível, diversificada e maior do que os custos. Para uma ONG, ter um único doador é tão ruim quanto para uma empresa ter um único comprador. Seguindo a lógica, ter uma base de pequenos, médios e grandes doadores, nacionais e internacionais, pessoas físicas e jurídicas, é tão bom quanto uma empresa ter uma base diversificada de compradores.

Há ainda outros dois fatores que desequilibram o campo de comparações entre essas duas formas de organização.

O primeiro é o de que há muito mais dinheiro para investir no mundo “comercial” do que no mundo “social”. A diferença na ordem de magnitude fica evidente ao comparar os valores mencionados nos mercados de ações e crédito (trilhões de reais) a qualquer estimativa do setor social (na SITAWI utilizamos R\$ 30 bilhões).

O segundo, sobre o qual temos ingerência, é o de que a sociedade — isto é, nós e você — aceita pagar mais do que o “custo” por uma lata de água carbonatada com açúcar e químicos cancerígenos ou qualquer outro produto. É com essa diferença entre receita e custo que as empresas atraem bons profissionais com salários adequados, investem em marketing, inovação e atendem mais consumidores, o que gera mais recursos para fazer a roda girar, além de gerar condições de inovação e produção de conhecimento, necessários para qualquer setor avançar.

No entanto, de maneira geral, quando financiamos uma intervenção social, não aceitamos pagar mais do que seu custo direto, a sopa ou o abrigo para um sem-teto. A consequência óbvia disso é que as organizações sociais têm profissionais menos qualificados do que o ideal, investem pouco, têm dificuldade para inovar e não ganham escala.

Se acreditamos que nem o mercado nem o governo resolverão todos os problemas, precisamos de uma sociedade civil engajada e com organizações fortes e soluções criativas.

Caso queira ajudar a criar uma cultura de doação mais sólida e viabilizar a transformação social, faça a sua parte: quando for dar mesada ao seu filho(a), divida-a em três envelopes: um para ele(a) poupar, outro para gastar e um terceiro para doar. Caso queira fazer algo você mesmo, doe, doe mais e doe melhor. Sinceramente, esperamos que faça ambas. ●

Leonardo Letelier é diretor-executivo da SITAWI Finanças do Bem (instituição de financiamento social) e Beatriz Cardoso é diretora executiva do Laboratório de Educação

Ao alcance de todos

FÁBIO KERCHE

Você sabe quanto o BNDES emprestou para a cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos? Quais foram os projetos do grupo de Eike Batista financiados pelo banco? Quanto foi aprovado para a construção da usina de Belo Monte? Se a afirmação de que o BNDES é uma caixa-preta se sustentasse, como afirmaram os autores do artigo “Abrindo a caixa preta do BNDES”, publicado sábado passado no GLOBO, o cidadão brasileiro não teria acesso a nenhuma dessas informações. A verdade, porém, é que elas estão disponíveis, inclusive da maneira mais direta e transparente possível: as operações do BNDES são apresentadas no site do banco para a consulta de qualquer cidadão.

É legítimo fazer críticas à atuação do BNDES, mas é falacioso tratar da questão omitindo fatos e tratando a instituição sem compará-la com outros bancos. A verdade é que o BNDES é a única instituição financeira brasileira que disponibiliza os dados de suas operações em um portal que garante acesso a qualquer internauta.

Há limites, claro. A Lei do Sigilo Bancário protege certas informações do cidadão que toma um financiamento em um banco público para a compra de uma casa própria, mesmo quando essa operação é subsidiada. Essa mesma lei protege uma empresa ao não autorizar que o agente financeiro, público ou privado, dê amplo acesso a dados que possam revelar a intimidade financeira da empresa ou que exponha informações que possam colocá-la em desvantagem em relação à concorrência. Isso não passa pela discricionariedade do banco, é imposição legal.

Mas isso não significa que estes dados não são fiscalizados. O Banco Central tem por obrigação o controle das operações de todas as instituições financeiras do país, incluindo-se aí o BNDES. Para esse controle, não há qualquer previsão de sigilo, num claro mecanismo de *accountability* vertical.

Mas notem que estamos falando de uma proporção mínima das informações. A grande maioria dos dados envolvidos na tomada de financiamento é pública e acessível pelo site. Caso não sejam facilmente identificáveis, o banco tem por obrigação fornecê-los por meio da Lei de Acesso à Informação, com controle de órgãos externos ao BNDES, como a CGU.

Outra informação relevante é que para os financiamentos com empresas públicas, estados e municípios não há restrição para o sigilo bancário. A jurisprudence garante ao BNDES que a exposição dessas informações não será considerada um desrespeito à lei.

A afirmação de que “políticas públicas são financiadas por impostos e é obrigação do governo prestar contas de seu uso aos cidadãos” é de um consenso salutar. Questão mais complexa é como e quando fazê-lo. Todas as democracias vivem esse tipo de dilema. No Brasil, a solução passa por uma série de instrumentos institucionais. São diversos órgãos na estrutura do Estado que se fiscalizam mutuamente em um processo de *checks and balances*: os já citados BC e CGU, Congresso Nacional, o Ministério Público, TCU, Poder Judiciário, imprensa. São instituições que geram controle e informação aos cidadãos para que esses possam exercer o mais importante dos instrumentos de *accountability*: o voto. ●

Fábio Kerche é cientista político e assessor da Presidência do BNDES